

## **O DÉFICE: PRAZER NA DOR?!...**

Tendo em conta o objectivo de controlar a despesa pública, por causa dos compromissos assumidos por Portugal no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), alguns comentadores têm sugerido que o Governo deve reduzir a despesa pública em investimento inútil, como certas rotundas municipais, edifícios opacos, algumas pontes, barragens monumentais, novos estádios, etc., pois tal não afectaria a economia. Esta sugestão é e não é correcta.

No presente, numa altura de recessão, na presença de desemprego involuntário generalizado, a despesa pública de investimento, mesmo que seja despesa de investimento em elefantes brancos, como aquele que foi recentemente instalado no Guadiana, ajuda a economia, mobiliza recursos para a produção, aumenta o produto ou rendimento. Na actual conjuntura, reduzir de forma procíclica a despesa pública de investimento não é desejável, pois afecta negativamente a economia.

Agora, no futuro fará toda a diferença a natureza da despesa pública de investimento realizada no presente. Despesa em elefantes brancos em nada contribuirá para o aumento da capacidade produtiva da economia do país, para o seu crescimento económico. Daí que os Governos devam evitar despesa pública em investimento inútil no presente, por causa do futuro. No presente, há assim que alterar a natureza da despesa pública de investimento e não reduzi-la.

O mesmo tipo de argumento pode ser feito em relação à natureza das empresas que operam na economia. Nem todas as empresas que operam no momento são eficientes. Se é desejável que no futuro as empresas sejam mais eficientes, não é necessariamente desejável que as políticas do Governo contribuam, em jeito de terapia de choque, para a eliminação *tout court* das empresas menos eficientes no presente. Não só a conjuntura está a ditar em grande medida aquilo que são e não são empresas eficientes

no presente (com atrasos nos pagamentos às empresas, por exemplo), como é mais barato, na conjuntura, ajudar empresas menos eficientes a subsistir, pelo contributo destas para o emprego, do que pagar subsídios de desemprego por inteiro. Isto não implica perder de vista que, no futuro, queremos empresas mais eficientes e que, para atingir esse objectivo, devam ser postas em prática, no presente, políticas gradualistas que ajudem à melhoria do nosso tecido empresarial, a tornar as nossas empresas mais eficientes, mais competitivas.

Joseph Stiglitz, Prémio Nobel da Economia, no seu livro “Globalização a grande desilusão“ (2002, edição portuguesa da Terramar) descreve uma série de falhanços nas políticas de ajustamento estrutural conduzidas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), sendo a Argentina em 2001 um dos exemplos mais recentes. Afirma por outro lado que, embora ninguém se congratulasse com o sofrimento que acompanhava as receitas do FMI nos exemplos que descreve, no FMI partia-se do pressuposto que o dito sofrimento era o preço a pagar pelo sucesso dos referidos ajustamentos. Mais, que é muito importante para o êxito dos programas económicos a ordem pela qual as reformas se processam e o seu ritmo, defendendo o autor estratégias gradualistas em contraposição às terapias de choque do FMI. Apraz-nos dizer que, se é aí que está a buscar a inspiração, o Governo deve precaver-se contra o fundamentalismo de mercado do FMI. Nem só os Governos falham, os mercados também. Depois, não interessa a Portugal um crescimento económico qualquer. Interessa um crescimento económico que traga coesão económica e social.

É compreensível que o Governo português queira cumprir a meta do défice, em nome da credibilidade externa do país. Mas nada impede que esse mesmo Governo tente renegociar as metas estabelecidas no PEC, na actual conjuntura. Ou mesmo que tente

renegociar um alargamento dos prazos da utilização dos fundos estruturais europeus, para que o país não os perca em nome do défice ou das dificuldades da conjuntura.

Leonardo Costa

Professor da Faculdade de Economia e Gestão

Universidade Católica Portuguesa